



Violência e Condições de Vida de Jovens

Violence and Living Conditions of Young People

RAQUEL DE MATOS LOPES GENTILLI*

FABRÍCIA PAVESI HELMER**



RESUMO – Este trabalho de natureza teórica tem objetivo de discutir como a violência aprofunda desigualdades sociais e esgarça a sociabilidade cotidiana, tendo como objeto de estudo a violência contra jovens. Foi concretizado a partir da perspectiva metodológica que compreende as formas de vida e de trabalho como uma totalidade contraditória e dialética. Realizou-se uma pesquisa em artigos de revistas indexadas no Serviço Social, em livros sobre a temática e em documentos referentes a estudos empíricos sobre violência, realizados em Vitória. Identificou-se que, apesar de conviverem em relações de uma sociabilidade deteriorada, os jovens falam de suas expectativas para o futuro e, apesar da vida precária que levam, ainda lhes é possível alimentar expectativas de se tornarem partícipes de uma vida social mais plena e comum a outros segmentos sociais.

Palavras-chave – Violência. Violência contra jovens. Condições de vida. Sociabilidade.

ABSTRACT – This theoretical work has the objective to discuss how violence deepens social inequalities and weakens everyday sociability, having as an object of study the violence against young people. It was studied from the methodological perspective that includes the forms of life and work as a contradictory and dialectical totality. A survey was carried out on journal articles indexed in Social Service, books and documents related to empirical studies on violence, held in Vitória. It was identified that, despite living in relationships of a deteriorated sociability, young people talk about their expectations for the future and, despite their precarious life, they can still hope to become participants in a fuller social life and common to other social segments.

Keywords – Violence. Violence against young people. Living conditions. Sociability.

* Assistente Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Serviço Social, ambas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do Curso de Serviço Social e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vitória – ES/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/2762560403782295>. E-mail: raquel.gentilli@emescam.br.

** Assistente Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Especialista em Gestão de Políticas Sociais Públicas e Privadas pela Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo (CUCV), Mestranda em Política Pública e Desenvolvimento Local na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vila Velha – ES/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/2685539986387366>. E-mail: fabriahelmer2@hotmail.com.
Submetido em: maio/2017. Aprovado em: junho/2017.

A violência se expressa numa complexa materialidade fenomênica que atravessa toda a realidade social, apresentando grande dificuldade para a apreensão de sua totalidade. Ela se apresenta de forma heterogênea e multifacetada, atingindo diversos segmentos sociais (jovens, mulheres, idosos, crianças, etnias, entre outros). Está disseminada por todo o mundo, assumindo diversas formas e envolve sociedades tradicionais e modernas, assumindo procedimentos plurais, difusos e sistemáticos, perpassando todas as dimensões da vida contemporânea.

O aprofundamento das determinantes do capital recente tem contribuído para o adensamento e a generalização do fenômeno da violência, atingindo diversos segmentos sociais, expressando-se de forma particular em cada estrutura social. Não se trata, portanto, de um fenômeno brasileiro, mas, no nosso caso, as manifestações da violência estão sempre associadas a expressões de uma sociabilidade extremamente desigual.

As mudanças recentes no perfil da classe trabalhadora, em seus vários segmentos, vêm dificultando suas formas de defesa e proteção coletiva. No contexto dessas mudanças, emerge como elemento de gravidade a violência contra jovens, cujas determinações precisam ser identificadas em relação às particularidades da sociedade brasileira, à mundialização do capital e aos nexos das estratégias neoliberais e conservadoras, que se integram política e ideologicamente na produção da vida social atual.

Este trabalho discute como a violência vem aprofundando as desigualdades existentes, esgarçando a já frágil sociabilidade deteriorada. Teve como objeto de estudo a violência contra jovens e foi concretizado a partir da perspectiva metodológica, que compreende as formas de vida e de trabalho como uma totalidade contraditória e dialética. Buscou recuperar as “temporalidades desencontradas e coexistentes”, datadas de tempos distintos, e que se manifestam simultânea e contraditoriamente nas relações sociais de nosso tempo, como afirma Martins (2008, p. 105).

Visou entender como determinado segmento de homens jovens e negros tem sido alvo de um significativo extermínio físico por arma de fogo, numa complexa problemática que os envolve diretamente como vítimas e atores e que se estende para os demais indivíduos deste segmento de classe os paradoxos da concretude dos preconceitos estereotipados e estigmatizantes, que amparam ideologicamente certas formas de exploração das classes trabalhadoras, em situações existenciais cada vez mais precárias.

Neste sentido, baseou-se nos registros oficiais de morte violenta, disponibilizados pelo Mapa da Violência, desde os anos de 1980 até hoje, além de realizar estudos teóricos e visitar pesquisas realizadas em Vitória (nas quais as autoras participaram), procurando entender a reiterada negação de perspectivas futuras e de um devir coletivo para as atuais gerações de jovens mais vulneráveis das classes trabalhadoras, que continuam à margem das possibilidades de trabalhar, estudar e interagir socialmente como partícipes de uma vida social comum a todos.

Violência, juventude e vida em precariedade

Como fenômeno, a violência acompanha, de forma paradoxal, as transformações incomensuráveis da vida material e das relações sociais que convergem ao mercado planetário das economias mundializadas, provocando profundas transformações nas relações, processos e estruturas que articulam e desenvolvem a apropriação econômica, a dominação política e as expressões ideológicas que as acompanham.

A dinâmica do capitalismo atual, que associa acumulação flexível (HARVEY, 1992) e o neoliberalismo (ANDERSON, 1995), tem destruído as singularidades das estruturas sociais e processos políticos anteriormente instalados em todo o planeta (IANNI, 2003). Tais sociedades, ao se tornarem mais complexas e dinâmicas – na lógica das transformações do jogo de forças das atuais condições históricas da acumulação –, tem uniformizado economias locais, regionais e nacionais no alinhamento conduzido pelas

corporações transnacionais, que transformam as mais diversas nações em realidades, que Ianni (2003, p. 23) denomina “províncias do globalismo”.

Sobre essa lógica, o autor acrescenta que a mesma movimenta processos de mobilização social, acentua o êxodo rural, amplia o consumismo e impregna as relações sociais com conflitos, tensões e individualismo, recolocam exponencialmente “as condições de ruptura, conflito e violência” (IANNI, 2003, p. 25) da sociabilidade da atual sociedade do capital, em patamares que Alves (2011) identifica como relacionados a condições de exploração da mão de obra dos primórdios do capitalismo.

As condições gerais de acumulação e exploração do capitalismo são estruturais e já estavam postas como intrínsecas desde sua origem, conforme apontam Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848 (1998). Entretanto, estas se intensificam a partir das condições atuais de exploração dos recursos naturais do planeta, das novas tecnologias e da lógica das novas relações sociais, visíveis nas novas formas de produção social e nos modelos de organização e gestão da produção, da divisão transnacional do trabalho e da superespecialização de determinadas categorias de trabalhadores (que operacionalizam as engenharias produtivas, as tecnologias de informação e comunicação, a robótica etc.) no espírito do toyotismo.

Tais relações de trabalho se apresentam na forma de trabalho precário, fragmentado e heterogeneizado (ANTUNES, 1997) e vêm criando uma nova sociabilidade, onde amplos segmentos da força de trabalho, sobretudo de jovens, estão sofrendo dificuldades adicionais de inserção no mercado de trabalho, em decorrência da demanda de novos padrões de capacitação, qualificação e polifuncionalidade cada vez mais complexos e exigentes, constituindo o que Alves (2011, p. 23) denomina “sociometabolismo da barbárie [que] explicita as dilacerantes contradições vivas do capital”.

Estas contradições da reestruturação produtiva do capital e sua racionalidade ampliam enormemente as dimensões de socialização do capital na mesma dimensão, inversamente proporcional, em que agudiza e intensifica a “irracionalidade social visível” e a “dessocialização” do já precário mundo do trabalho. Acompanhando o raciocínio de Mézáros (2002), o autor identifica que a produção, no padrão do toyotismo, na sua selvagem lógica de ‘produção enxuta’, tem expulsado enorme contingente de “trabalho vivo” do processo produtivo, tornando-as supérfluas (do ponto de vista do capital), lançando as sociedades no “uso decrescente dos bens e serviços”, paradoxalmente, apontando para a lógica da “reestruturação destrutiva do capital” (ALVES, 2011, p. 23).

Ianni (2003) já indicava que o atual processo de acumulação do capital – que se enunciava no final dos anos de 1970 – vem associando à sua expansão o crescimento das atuais formas de violência, que conforma e precariza relações de trabalho, condições de vida e de existência. Nele, o homem torna-se um ser cada vez mais identificado com uma liberdade individualista e possessiva, com a expansão desenfreada da urbanização e com um estilo de vida solitário. A naturalização das relações sociais é transferida para a naturalização da violência, que passam a ser vistas como inseparáveis, indistinguíveis, afetando a tudo e a todos, comprometendo o discernimento sobre ética e dever.

A mundialização do capital recente confirma a tendência, segundo a qual em seu processo – na sua própria imediatividade aparente –, já se evidencia um aprofundamento das relações entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade mais significativa e profunda, tornando ainda mais distantes as possibilidades de distribuição dos bens socialmente produzidos e de redução das desigualdades sociais. Contemporaneamente, novas formas de ampliar os processos de desordem, desigualdade, injustiça e miséria, o “desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza” (NETTO, 2007, p.142).

A complexidade da vida social, da qual participam cidades diversificadas e desiguais, produtoras de tensões e de condições de rupturas e de conflitos de toda ordem, assume dimensões civilizatórias, consolidando, em sua tessitura, importantes manifestações de uma nova sociabilidade que emerge com o capitalismo mundializado e que se estabelece hegemonicamente em fins do século XX, num contexto

consolidado historicamente de “naturalização das relações sociais [e de] aceitação do mundo existente como sendo a única forma possível de sociedade” (CRUZ, 2015, 284).

Silva (2015) entende que o capitalismo se evidencia como estruturalmente violento em sua forma atual. O Estado que o expressa utiliza-se também de diversos procedimentos e ações paradigmáticas, responsáveis pelo estímulo à produção de outras formas de violência disseminadas socialmente por meio de ações brutais, cerceadoras de liberdades e contrárias à emancipação social.

Desde que o neoliberalismo ganhou força como concepção política hegemônica e forma de condução das principais estratégias de expansão do capitalismo, verifica-se o quanto tem se agravado o processo de reprodução das atuais formas de violência que afetam, inclusive ideologicamente, as relações interpessoais, incluindo as relações de gênero e geracionais no âmbito familiar. Conflitos intrasubjetivos vividos no cotidiano, operam-se numa lógica imediata sem que os indivíduos consigam identificar associações, relações ou possíveis mediações com os processos de exploração maiores da sociedade.

A violência é mais visível nas práticas ilegais (assassinatos, roubos, assaltos, estupros, lesões corporais, agressões, etc.), mas não se extinguem nelas. Seu enraizamento na vida social contemporânea é bem complexo e parece estar sendo impelido por convicções ideológicas mais profundas e consensuais, que se expressam em manifestações concretas, determinadas pelo sonho de enriquecimento rápido, que determina a “gradual conversão aos valores da violência e da nova organização criminosa montada no uso constante da arma de fogo” (ZALUAR, 2004, p. 65).

As práticas violentas estão disseminadas por toda a sociedade, sinalizando a existência de uma particular visão de mundo, cujos significados que não são imediatamente compreendidos moldam os modos de pensar, as práticas, as visões de mundo, o senso comum e toda uma gama de situações da vida (GENTILLI, 2013), que servem como anteparo cultural aos meios e instrumentos concebíveis moralmente para demonstrar poder, exibir virilidade e justificar transgressões.

Suas expressões fenomênicas consistem em procedimentos cada vez mais radicais e de intolerância contra o diferente, atingindo, com atos discriminatórios, pessoas de distintas camadas sociais ou grupos etários, de gênero, posição social, de raça/etnia de diversos segmentos sociais e de minorias estigmatizadas socialmente ou espacialmente (crianças, jovens, mulheres, idosos, gays, movimentos sociais, nordestinos, etc.). Enfim, em cada sociedade, as produções das formas de expressão dos fenômenos da violência são dependentes de variáveis culturais e políticas particulares, entretanto se encontram em associação com os fenômenos da mundialização do capital (CABRAL; TRUGILHO, 2015).

Neste sentido, Silva (2015) observa, e com razão, que as expressões particulares da violência não estão circunscritas aos segmentos que o autor identifica como “pobres”, ainda que predominantemente sejam encenadas por eles ou contra eles, à medida que a materialidade da violência os lança ora como vítimas, ora como agentes reprodutores da mesma, no universo das profundas contradições sociais.

Uma das expressões mais candentes da exasperação da exploração capitalista recai sobre um segmento importante da juventude trabalhadora brasileira, que é aquele composto de homens jovens e negros, socialmente mais vulneráveis em decorrência de determinações que os afetam como: escolaridade incipiente, desqualificação para o trabalho contemporâneo, residência em espaços urbanos extremamente mal equipados de serviços públicos essenciais, onde o Estado se materializa, principalmente, pela presença da polícia.

Entre os indivíduos deste segmento populacional são recrutados os “peões” da guerra clandestina do crime organizado. A estes são entregues armas de fogo, que os colocam em situação de confronto armado diariamente, seja como vítima e/ou de autores de violências. A partir da ilusão de se “dar bem” e de enriquecimento rápido, estes jovens, de idade entre 14 e 39 anos, alimentam uma trágica estatística de mortalidade. Algo que atinge “cerca de 80% das mortes violentas do país”, além das mutilações físicas, danos psíquicos e sobrecarga econômica e social para as famílias (ZALUAR, 2004, p. 67).

Essa parcela da população jovem, geralmente tem sido associada de forma estereotipada e estigmatizada a “bandidos”, visíveis diariamente no confronto com a polícia. Na realidade, tais indivíduos

que são atraídos para o trabalho no tráfico, conforme Zaluar (2004, p. 67,) não ascendem socialmente, não enriquecem e, por causa da “cor de sua pele não se dão bem”. Carregam as armas e se expõem a todos os riscos do encontro com um rival, um policial ou uma vítima mais bem armada. Estão submetidos ao poder tirano dos traficantes médios, que os punem com morte pelos mínimos deslizes de fidelidade e ajudam a enriquecer os grandes “bandidos do atacado, os grandes comerciantes da droga”, menos visíveis socialmente (ZALUAR, 2004, p. 67).

Neste sentido, é possível identificar que as condições materiais, econômicas e de sociabilidade presentes no fenômeno da violência que afeta a todos, afeta mais de perto, particularmente, este segmento de jovens aqui estudado. Estes são socialmente reproduzidos na mesma lógica das condições materiais de acumulação geral de produção em nossa sociedade, entretanto as contradições de classe não os afetam da mesma forma. Os jovens, que participam da espantosa estatística das mortes violentas por arma de fogo (aqui estudados), são os mais vulneráveis entre os demais jovens com os quais partilham da mesma condição, enquanto segmento das classes trabalhadoras.

Tal segmento encontra-se socialmente mais fragilizado e economicamente mais precarizado que os segmentos de classe que Antunes (1997) denomina de classes sociais que “vivem-do-trabalho”. O desmonte das clássicas formas coletivas de defesa e proteção social que existem para os diversos segmentos de trabalhadores, como partidos e sindicatos, por exemplo, tem provocado mudanças que afetam toda classe trabalhadora, sobretudo aqueles se encontram em idade para entrar no mercado de trabalho.

Nesta direção, Alves (2013) observa que a precarização do trabalho vem afetando decisivamente este grande contingente social de jovens trabalhadores no Brasil, excluindo-os das relações formais de trabalho. Ao estudar este segmento populacional, à luz da sociologia do trabalho, o autor os denomina de “precarizado” e os classifica em três camadas sociais de trabalhadores jovens.

A primeira camada seria constituída de jovens das camadas médias do proletariado urbano precarizado, constituída por indivíduos altamente escolarizados, com inserção precária nas relações de trabalho e frustrados com a perspectiva de carreira. A segunda seria composta por jovens de baixa ou média escolaridade, com emprego formal, mas de alta rotatividade no mercado de trabalho, imersos nos sonhos e anseios de consumo burguês; e, por fim, de jovens proletários desempregados, de baixa escolaridade ou de escolaridade fundamental ou média, que nem trabalham, nem estudam (ALVES, 2013).

Para esse segmento populacional, o mundo do trabalho tem se apresentado com muita complexidade, onde predominam o emprego precário, o desemprego, o pauperismo, ou, ainda, aquelas situações denominadas recentemente de “empreendedorismo”, “terceirizados”, “autônomos”, cuja “situação vivida por muitos trabalhadores não pode ser captada totalmente pelas estatísticas do trabalho” (OSHIRO; MARQUES, 2016, p. 306).

Conforme os autores acima, pode-se observar que as transformações na estrutura produtiva – fortemente dependente de alta tecnologia – penalizam mais as camadas mais vulneráveis da população e com baixa escolaridade. No contexto destas mudanças, emerge, com gravidade, a questão da violência entre jovens, indicando que as atuais relações técnicas e sociais do trabalho não acolhem tal segmento populacional, a não ser de forma residual.

Entre estes últimos encontra-se uma parcela expressiva da população de jovens que Sales (2007) identifica como aqueles que, em decorrência dos paradoxos da violência, constituem o segmento populacional de jovens, autores de atos infracionais, que também, acrescentamos, são vítimas deste tipo de atos. Para a autora, tais indivíduos buscam sair da (in) visibilidade perversa, pessoal e coletiva por meio de atos infracionais, como um “segmento insubmisso e rebelde da juventude das classes trabalhadoras, que tem como pano de fundo a violência” (SALES, 2007, p. 34).

Além das questões que abarcam a sobrevivência econômica e existencial do segmento de jovens, Cassab (2001) observa-os a partir do mundo da cultura que os envolve e de um conjunto de valores,

símbolos e práticas sociais, que tornam visíveis determinados elementos utilizados para a orientação na vida, e servem de referências mútuas, fazendo-os diferentes das gerações anteriores.

Também na direção cultural, Dayrell (2003) constata a existência de uma grande diversidade nas expressões fenomênicas das manifestações culturais realizadas pelos jovens. Este fato o levou a apresentar uma segmentação desta população a partir do conceito de “juventudes”, devido às diversas possibilidades destes se manifestarem em seus modos de ser e de sociabilidades materializadas nas vivências deste segmento populacional.

Apesar da diversidade de camadas sociais existente nas gerações de jovens que compreende a extensão etária da definição do conceito juventude, bem como das múltiplas expressões culturais e políticas das quais os jovens são vocalizadores, observa-se uma determinação totalizadora que os unifica e os atravessa: a questão social dada pela categoria trabalho, que os põe diante de muitos dilemas na constituição simultânea de suas realidades como sujeitos individuais e coletivos.

Como trabalhadores, trabalhadores desempregados, futuros trabalhadores ou força de trabalho sem condições de trabalhar, estão erigindo uma identidade pessoal e social e se encontram num momento de transição, onde muitas referências sociais e pessoais de origem estão sendo por eles criticadas, enquanto outras estão sendo construídas num processo decisivo de formação de sua natureza enquanto ser.

É um momento decisivo em que o peso da herança social e cultural pode determinar marcadamente presente e futuro. Uma estratégia comumente utilizada é a formação de grupos de amigos, que oferecem o suporte emocional e social que não desejam mais de suas famílias de origem, independente da classe social a que pertencem. Rassial (1999) compreende que é partir da formação destes grupos que são buscadas a afirmação de uma identidade própria, o fortalecimento do desejo de rompimento com as normas e costumes da família de origem e a construção de novas bases para se conceberem como sujeitos autônomos, independentes e adultos.

Subjacente à ideia de juventude, existem sempre, para todos os segmentos sociais, ideias de rupturas, mudanças e modificações comportamentais no modo de pensar, agir e elaborar representações sobre si mesmo. Os jovens, ao se constituírem socialmente como sujeitos, enfrentam tanto os desafios individuais de um processo de desenvolvimento físico e psicológico, quanto os de se fazerem sujeitos de uma coletividade, em uma dada sociedade, num determinado tempo histórico, um lugar geoespacial, uma classe ou fração de classe social.

Além destes processos mais estruturantes, o jovem se constitui também a partir de uma diversidade que se concretiza, materializada nas expressões culturais de sua condição de raça/etnia, identidade religiosa, de gênero e localidade regional. O mesmo impulso que o induz na busca de sua autoafirmação como um sujeito autônomo, o impele para as possibilidades de uma consciência social e para uma prática ideológica, associada àquela que lhe parece mais próxima de sua realidade material.

Neste sentido, Martins (2008, p. 18) chama a atenção para os mecanismos da prática social dos sujeitos, que são introduzidos junto com a expansão do capital, numa moralidade e numa prática social de todos: “o cálculo, a ação social calculada na relação meios e fins, a reconstituição cotidiana do sentido da ação e sua compreensão como mediação da sociabilidade”.

Ao se fazerem atores com uma ética sobre suas realidades – mesmo que críticos em relação a este entorno –, constituem-se também como um ser posto como estranho em relação a si mesmo, pois a sociedade do capital cobra do sujeito, no entendimento de Martins (2008, p. 18), “o tributo de sua coisificação, de seu estranhamento em relação a si próprio, no ver-se pela mediação alienadora de um outro que é ele mesmo, embora não pareça”. Um sujeito objeto de si mesmo, ao mesmo tempo, estranho em relação a si mesmo.

Neste sentido, Martins (2008), incorporando concepções de Heller e de Lefebvre sobre as necessidades humanas, argumenta que o homem na modernidade não se restringe apenas a um ser em

“coisificação”, uma vez que é no interior das contradições da própria modernidade que o homem se torna a vir-a-ser de sua humanização, como protagonista de sua própria história. Em suas palavras:

A modernidade [...] não é feita pelo encontro modernizante da diversidade, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação do capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria (MARTINS, 2008, p.18).

É no confronto dialético das possibilidades/impossibilidades de transformar o real em face da dureza da realidade, que permite e dissimula a descarada exploração da modernidade que gera as desigualdades, injustiça e degradação humana, torna possível entender a lógica subjacente que se encontra devastando as atuais gerações de jovens de todas as classes sociais, atingindo em cheio a atual juventude.

As características da sociabilidade e da subjetividade no “capitalismo manipulatório” atual ampliam o estranhamento dos “valores-fetice [...] para as esferas de lazer e consumo”. O autor observa que o homem desta relação é um ‘homem tecnológico’ que tem se “rendido” à pura manipulação, deixando-se capturar subjetivamente. As disputas impostas pela nova sociabilidade o dilaceram e este homem encontra-se mais vulnerável aos mecanismos de “dessubjetivação de classe” e às estruturas que se encontram produzindo a “corrosão radical do ser genérico do homem” (ALVES, 2012, p. 19).

Outro paradoxo apontado por ALVES (2012, p. 20) encontra-se no fato de o trabalho vivo estar sendo sobrepujado pelo trabalho morto, onde a máquina-instrumento realiza o trabalho e o homem se torna apenas o seu “apêndice” como “vigia”. O autor entende que essas novas vivências estranhadas, ‘capturam’ a subjetividade do homem-que-trabalha, atingindo-lhe todas as esferas da vida social, provocando-lhe adoecimentos e instaurando mecanismos de controle generalizados e radicais que desafiam, de forma central, qualquer projeto de emancipação humana. Porém, para além destas questões que afetam o trabalhador tradicional, qualificado e empregado, existem ainda as persistentes desigualdades sociais que incidem sobre diversas parcelas da população, principalmente sobre aqueles segmentos mais vulneráveis, aqueles que constituem as camadas mais precarizadas da juventude.

O capitalismo continua impondo um valor à força de trabalho, atribuindo-lhe, arbitrariamente, uma mensuração segundo aquilo que lhe é mais ou menos útil, mais ou menos conveniente, tomado a partir de certos limites históricos. Os segmentos que não contam diretamente para a reprodução geral da lógica do capital, apenas sobram, e como tal, são desconsideradas socialmente.

Violência e expectativas de jovens em relação ao futuro

Para além do universo da classe-que-trabalha e de suas relações com os diversos segmentos sociais de jovem, emerge uma enorme camada de desempregados contemporâneos, heterogêneos em forma e conteúdo, constituindo um contingente populacional que nos faz lembrar o conceito de superpopulação relativa que Marx (1979) desenvolveu na obra *O capital* para caracterizar as diversas categorias de desempregados. Na versão atual, esta população que “sobra” economicamente gravita no mercado de trabalho como informal, parcial e/ou precário, ocultando um aberto desemprego formal, além dos desempregados crônicos de sempre, conhecidos entre nós como o segmento da população dos quais emergem os usuários da assistência social.

A complexidade das contradições que afeta e enlaça as vidas de diferentes segmentos dos jovens atuais, coloca-os diante de atos e mortes violentas. Como o destino desta geração tem sido descuidado, verifica-se que a frequência com que as mortes violentas atingem, particularmente, os jovens negros entre

15 e 29 anos, representa uma prática que assume a dimensão de uma “linguagem” aceita pela sociedade que se “omite na adoção de normas e políticas sabidamente capazes de oferecer alternativas de mediação para os conflitos que tensionam a vida cotidiana, aprofundam as desigualdades e promovem injustiças visíveis” (WAISELFISZ, 2015, p. 9).

Associada à cultura tradicional de “impunidade, lentidão dos processos judiciais e despreparo do aparato de investigação policial”, o Estado sinaliza “à sociedade que a violência é tolerável em determinadas condições, de acordo com quem a pratica, contra quem, de que forma e em que lugar” (WAISELFISZ, 2015, p. 9). Isso faz com que os indicadores referentes às mortes violentas no Brasil, produzidas contra terceiros, ultrapassem estatísticas referentes a países em guerra.

Para efeito desta análise, trabalha-se aqui com dados sobre morte violenta provocada por arma de fogo, trazidos pela análise realizada pelo “Mapa da Violência” (WAISELFISZ, 2015). Neste estudo, observa-se a importância das mortes provocadas por armas de fogo, de importante tendência crescente, que tiveram um aumento de “387% entre os anos de 1980 e 2012”. Dentre as vítimas, a morte de jovens teve um crescimento superior a 460%, enquanto que o crescimento da população foi de 61%. Nesse período, as vítimas passaram de “8.710 no ano de 1980 para 42.416 em 2012”. No que se refere à mortalidade por armas de fogo, entre os jovens de 15 a 29 anos, o crescimento foi ainda maior: “passou de 4.415 vítimas em 1980, para 24.882 em 2012”: ou seja, teve um “aumento de 463,6%” nos 33 anos decorridos entre as datas referidas (WAISELFISZ, 2015, p. 21).

Segundo o Mapa da Violência, o crescimento das mortes por armas de fogo na população total é quase exclusivamente decorrente dos homicídios, que cresceram 556,6% no período analisado. Os suicídios com armas de fogo aumentaram 49,8%, as mortes acidentais caíram 26,4% e as mortes de causalidade indeterminada (suicídio, homicídio ou acidente) caíram 31,7%. Entre os jovens, “o crescimento de mortes por arma de fogo atingiu 655,5% dos jovens assassinados”, enquanto foi registrada redução de acidentes de -23,2%, de suicídios em -2,7 % e por causas indeterminadas de -24,4%, no mesmo período (WAISELFISZ, 2015, p. 22).

Entretanto, quando se trabalha com o Índice de Vitimização Juvenil por Arma de Fogo (IVJ-AF), que determina a incidência e prevalência do fenômeno entre os jovens, o Espírito Santo assume uma liderança nada agradável. No estado do Espírito Santo o Índice de Vitimização Juvenil por Arma de Fogo (IVJ-AF) “atingiu 394,9% (5 jovens para cada não jovem)” no período e, em sua capital, Vitória, “o índice atingiu a marca de 587,4% (7 vítimas jovens para cada não jovem)” (WAISELFISZ, 2015, p.68).

Outro dado significativo é a seletividade racial dos homicídios por armas de fogo. A taxa de homicídios por armas de fogo de jovens brancos no Brasil caiu, enquanto de jovens negros aumentou. “A vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, passou, em 2012, para 142%”. Isso significa que morrem 2,5 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo. O número de mortes de jovens do sexo masculino é extremamente superior ao feminino, totalizando “95% de óbitos para o sexo masculino contra apenas 5% para o feminino” dentre todas as causas de mortes por armas de fogo na população jovem em 2012 no Brasil (WAISELFISZ, 2015, p.74).

Entre 1980 e 2015, verificou-se um total de 880.386 pessoas vítimas de disparos de armas de fogo. Destas, 497.570 foram contra jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade. Como neste período este segmento de jovens representava pouco menos de 27% da população total do país, observa-se que “56,5% foram vítimas de disparos de arma de fogo”. Em 2012 ocorreram “75.553 óbitos de jovens, ao todo por todas as causas, e 24.882 dessas mortes por arma de fogo”. Observa-se que neste ano, 33% dos óbitos juvenis tiveram sua origem nas balas. Ou seja, uma em cada três mortes juvenis foram decorrentes de armas de fogo. Em seguida, registraram-se os acidentes de transporte, representando 20,3% da mortalidade juvenil. Juntos, estes indicadores representam fator significativo, considerando a larga incidência e prevalência das mortes violentas de jovens no Brasil (WAISELFISZ, 2015, p.99).

Para além da dramaticidade destes números, que dizimam por morte provocada por arma de fogo, um enorme contingente de jovens negros e do sexo masculino em todo o país, o que se poderia dizer sobre a vida dos jovens sobreviventes deste massacre desordenado a que se assiste diariamente?

Uma pesquisa realizada numa das regiões mais pobres e violentas de Vitória, sobre condições de vida e violência (GENTILLI, 2011) aponta que os jovens desta região, mesmo com todas as tragédias que afetam suas vidas cotidianamente, apresentam as mesmas expectativas em relação ao futuro, que os demais jovens das camadas sociais mais elevadas da sociedade. Quando indagados sobre o que desejam da vida, responderam, em sua maioria imprecisos, que “desejam tudo de bom” e “melhorar de vida”, como constituir “família”, ter um “bom emprego”, fazer “faculdade”, adquirir bens de consumo duráveis como casa, carro e/ou moto, roupas e calçados. Ou seja, desejam ter possibilidades de ascensão social e de consumir determinados bens de consumo de massa, como os demais segmentos sociais.

Nesta pesquisa, os jovens entrevistados que trabalhavam compreendia cerca de 50%. Trabalhavam em empregos como de garçoneiro, representante de vendas, atendente de restaurante, pescador, auxiliar de padeiro, atendente de papelaria, comerciante autônomo, trocador de ônibus, servente, operário da construção civil, técnico em informática, embalador e empregado de supermercado, o que não os impedia de desejar estudar como forma de ter acesso a um emprego bom e/ou a uma carreira profissional e morar num bairro melhor, equipado e tranquilo (GENTILLI, 2011).

Entre os jovens entrevistados, os que trabalhavam declararam desconforto e desaprovação moral em relação à situação de violência, com exceção de duas manifestações explícitas de concordância com os atos praticados por outrem, com a alegação de que a vítima merecia ter sido morta pela polícia; numa espécie de aquiescência com uma forma de prática que se justificaria como “justiça natural”.

Em suas críticas, emergem expectativas de que os governos pudessem melhor atender a região com políticas públicas de segurança, educação, capacitação e profissionalização para que os jovens “parassem de trabalhar com drogas”. Outras demandas eram apontadas como “coisas novas” que os motivassem, como a construção de equipamentos sociais esportivos (quadras e escolinhas de esporte), centros culturais e bolsas de estudos para aprenderem “coisas diferentes”.

Em outra pesquisa realizada com jovens envolvidos em movimentos culturais ligados à música, pode-se perceber que a concepção da família ainda ocupa um significado de lugar de proteção, como um exemplo a ser seguido, uma referência. Segundo depoimentos, a família aparece ainda como um fator importante para organizar o presente e o futuro dos jovens. Para um jovem, “a maior necessidade é de uma família concreta, o que mais falta na periferia é família. A maioria não tem pai, não tem mãe, ou não conheceu. Uma estrutura familiar antes de tudo” (HELMER; CALIARI, 2006, p.131).

Tais concepções compartilhadas socialmente exercem importante função ideológica, determinando o lugar da família no interior da sociedade. A família representada vem associada à busca de proteção, por meio das relações amorosas e a responsabilidade para com as futuras gerações. Apesar de as relações familiares atuais nem sempre oferecerem suporte emocional para seus membros, nem os remeter à segurança simbólica ambicionada, ela continua fazendo parte do ideário de sossego, paz e tranquilidade, independente das formas e dos arranjos que assumam. A força de valores vinculados a instituições tradicionais como a família ainda se recolocam no universo dos jovens. Dúvidas em relação às históricas referências de construção de identidades e representações sobre o ser masculino e o ser feminino ainda trazem questões para os jovens.

Zaluar (2002), ao refletir sobre a família brasileira contemporânea, observa que o fenômeno identificado pela autora como de “desestruturação da família”, na realidade, vem consistindo na transformação de um modelo tradicional. Expressa um fenômeno mais amplo que vem sendo marcado por vários elementos, inclusive a crise social que incide sobre os movimentos coletivistas, organizadores de identidades e de pertencimento culturais e de classe. As fragilidades que atingem as relações socioafetivas, neste contexto, decorrem de outros fenômenos que lhes são estranhos, mas que as atravessam.

Transitoriedade e incertezas tornam a vida social uma coleção de realidades fragmentadas que compreendem a vida de todos, mas não são homogêneas pela mundialização do capital. O caso da violência que vitima os jovens traz uma inquietação que questiona a linearidade histórica da modernidade; traz de volta a materialização de uma barbárie que o Iluminismo prometia eliminar pelo conhecimento. Constitui-se pela incorporação de variáveis que nos remetem a tempos e culturas históricas paradoxais.

Martins (2008) observa que o tempo que nos é dado a viver atualmente, no cotidiano, reveste-se de um tempo que justapõe realidades díspares e diversas, como um momento que nos remete a

efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens (MARTINS, 2008, p. 20).

O tradicionalismo e o conservadorismo, que se mesclam de forma inconclusa e inacabada na cultura e na consciência social brasileira, assumem particularidades e dramaticidades que Martins (2008, p. 24) registra como decorrentes da “redescoberta de que a violência e o primitivismo da acumulação originária recomeça[m] sempre e redesenha[m] sempre as mesmas imagens”.

Os casos de violência entre jovens estão totalmente permeados pelas questões ligadas à identidade de gênero, recolocando conflitos, mecanismos de dominação e de exploração, que expressam desencontros e descompassos históricos entre o que deveria ser e o que de fato consegue ser na realidade e na consciência social.

Balestrero e Gomes (2015) destacam que as possibilidades de edificação de identidades de gênero ainda são determinadas por uma construção histórica de valores e comportamentos, enraizados social e culturalmente, passados de geração a geração pela família, mídia, Estado e religiões. Em decorrência disso, os mecanismos que desencadeiam a violência estão ligados a comportamentos reiterados por toda uma lógica societária e relacionados a contraditórias construções dos gêneros masculino e feminino.

Nos estudos utilizados, observaram-se alusões (ora aquiescentes, ora condenatórias) às condutas relacionadas a práticas sociais violentas, sobretudo àqueles que podem expressar alguma forma exibição de virilidade (valentia, força bruta, capacidade dominar o outro, uso de instrumentos para potencializar o vigor físico), que geram abuso de autoridade parental, violência intrafamiliar e social. A relação entre masculinidade e competição afirma-se como uma espécie de característica intrínseca a esta identidade. Souza (2005) observa que estudos etnográficos sobre diversas sociedades, os comportamentos reafirmadores de virilidade e agressivos, podem conduzir à violência.

Entretanto, para além destas determinantes antropológicas do ser homem como viril e agressivo, as ambivalências das relações sociais e de gênero atuais podem estar sendo exasperadas pelas próprias contradições já existentes no capitalismo, levando os indivíduos a condutas violentas que sobrepujam os mais “fracos”, como crianças, adolescentes, mulheres, idosos e mesmo outros homens desarmados.

Não claramente como práticas sociais ou como omissão, consciente e/ou inconscientemente, ocorrem processos sociais mais gerais que se encontram carregados de assentimento em relação à violência. Tais mecanismos sociais são alimentados por indivíduos que buscam, na transgressão delituosa, formas de lazer, como no uso de drogas psicoativas, ou formas de obtenção de renda para si ou para sua família, como no tráfico de tais substâncias (GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004).

O uso abusivo de substâncias psicoativas legais e ilegais encontra-se relacionado a diversas formas de violência, engendrando relações entre o atual modelo de capitalismo e as dificuldades dos governos de combaterem a economia ilegal e suas consequências econômicas, sociais, culturais e ideológicas para a vida social. Apesar de os mecanismos econômicos e políticos geradores de desigualdades sociais parecerem óbvios, nem sempre se consegue explicitar como os mecanismos relacionados à criminalidade produzem mediações que associam situações de classe e de raça a situações sociais geradoras de violência.

Guimarães (2016, p. 164), ao discutir a questão de raça como identidade ou grupo social, chama a atenção para uma distinção necessária entre a raça definida pelos outros (raça-atribuída) e a raça assumida por si como raça reivindicada politicamente. Sobre a identidade atribuída, o autor denomina “racialização” os processos que transformam “um conjunto de indivíduos em um grupo racial subalterno [...], a partir de características físicas hereditárias, reguladas pela reprodução biológica, tomadas arbitrariamente”. Mecanismo este que comparece de forma reducionista no mito das três raças (branca, negra e amarela), que constituíram a nação brasileira.

Neste sentido, torna-se importante observar que as profundas condições da violência estrutural (determinada pela própria exploração capitalista) acentuam o atual processo de violência que nos envolve a todos, e que se manifestam de forma mais aguda entre os jovens identificados como negros, conforme apontam os dados. A banalização da violência demonstra que, em nosso cotidiano, estamos alheios às práticas sociais que “não nos dizem respeito” e que afetam apenas o outro. Este outro pode até ser pensado como outro jovem, ambigualmente denominado “neguinho” (seja com afeição, seja como discriminação), mas nunca como um jovem negro, concretamente determinado por sua história pessoal, social e nacional.

Esta condição é pouco discutida e pouco assumida como uma realidade social, mesmo entre os jovens, deixando-se tudo implícito. Mézáros (2010, p. 67) refere que no sistema ideológico é comum se lidar com dois pesos e duas medidas, expressando uma tendência de deixar dissipar conflitos potencialmente mais letais. Nesta perspectiva, torna-se fundamental entender os elementos de determinação das ideologias, sem a qual sua “estrutura interna permanece completamente ininteligível”.

A marca da violência associada à condição juvenil (e à condição de racialização de homens jovens negros), à sua identidade como segmento de classe e à sua marca cultural potencializa, unifica e catalisa conflitos históricos que ainda não se revolveram e que permanecem abertos a um “sentimento colonial de inferioridade nacional” (GUIMARÃES, 2016, p. 166). São cotidianamente recolocadas e atualizadas nas novas formas que as expressam e as negam, tornam-se referências fundamentais para se pensar questões centrais relacionadas às particularidades das expressões das relações de classe, raça-etnia entre classes e intraclasses.

Oliveira e Rosa (2010, p.114) destacam que várias manifestações políticas e culturais, historicamente protagonizadas por jovens, e que expõem publicamente os conflitos históricos, costumam produzir associação no imaginário popular de que esta fase da vida é “marcada pela instabilidade” e de que os jovens são mais “suscetíveis aos problemas sociais de seu tempo”, e o que é pior ainda, a juventude pode ser estigmatizada “como problema”.

Constituindo-se como expressões de um dado tempo histórico e transição de uma época a outra, comportam-se como elos de conexão entre antigas e novas formas de sociabilidade, que coexistem simultaneamente numa determinada conjuntura política, tornam-se porta-vozes de transformações diversas em curso, mas não necessariamente progressistas.

Como atores que protagonizam a violência e da qual também são vítimas, este segmento de homens jovens, que se deixam cooptar pelo mundo da criminalidade, encenam, quer queiram ou não, um apelo desesperado à sociedade, cujas movimentações não têm conseguido ser ouvidas como revelações de profundas desigualdades e injustiças do nosso tempo histórico.

Dos segmentos mais precarizados da população, costuma-se esperar respeito aos direitos do outro e à sociedade, sem que haja reciprocidade ao reconhecimento dos seus direitos fundamentais de vida e de cidadania, tendo os mesmos cerceados seus acessos aos direitos sociais à educação, à convivência familiar, à saúde, ao lazer, à cultura e ao esporte. Ou seja, recolocam-se as velhas hierarquias conservadoras, que edificaram as relações de classe no Brasil, aqui entendidas como expressões da consciência imediata que predomina e que se “manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, [n]os valores determinantes que têm por fundamento as relações sociais determinantes” (IASI, 2015).

Conclusão

No decorrer dos estudos, verificou-se que a violência se manifesta de diversas formas na vida dos jovens, entretanto, tomando os casos de morte provocadas por arma de fogo, constata-se que as principais vítimas são os jovens negros do sexo masculino. A violência, apesar de ser tratar de uma experiência compartilhada socialmente por todos, é vivida sob condições onde não se consegue perceber o aspecto coletivo que tais mortes significam. Percebe-se que os jovens são marcados pela provisoriedade na passagem de uma idade a outra, mas não o são como geração. E como tal, estão também separados por suas condições de classe, pela identidade racial atribuída e por outras desigualdades culturais que os afetam diferentemente.

Os desafios postos pela realidade da violência, ainda que para muitos jovens signifique o encontro com a morte violenta, além de interferirem em esferas da socialização entre classes e intraclasse, não extinguem a vontade de jovens protagonizarem em suas vidas o desejo de construir um futuro melhor, estudar, trabalhar, viver num presente e desejar um futuro com menos violência, menos constrangimentos, medos e mais felicidade para si e seus familiares e melhor para os filhos, como qualquer outro indivíduo da cidade.

As reflexões aqui produzidas revelam que distintos segmentos de jovens se encontram expostos a um cenário de profunda violência, que os impede, como segmento geracional, de compartilhar de condições sociais objetivas para viverem uma vida mais profícua, tanto em termos de relações sociais quanto em relações culturais mais emancipatórias.

A racialização emerge de forma contundente relacionada à questão do tráfico de drogas e à morte violenta, cujos dados ficam evidenciados no “Mapa da Violência”, apresentando uma clara relação entre mortes violentas e armas de fogo. Entretanto, as determinações das condições econômicas, sociais e culturais mais gerais, ligadas à associação entre classe social, identidade racial atribuída e tráfico de drogas, precisam de mediações mais criteriosas para que se evitem reproduções de atitudes reducionistas, cegas ao racismo velado de nossa sociedade e à naturalização pobreza.

Em relação ao objetivo de discutir como a violência aprofunda as desigualdades existentes e esgarçadas, pode-se dizer que a presente reflexão procurou articular e trazer à tona como contribuição algumas pontuações sobre a complexa sociabilidade brasileira, na qual estão envolvidas: determinações de classe, de raça e de gênero; associações de distintos tempos históricos na expressão das formas de vida, trabalho e identidades e articulações em situações de ilegalidades que determinam as condições de viver e de morrer (de um enorme segmento de jovens), como uma totalidade contraditória e dialética.

Por fim, pode-se dizer ainda que, apesar da violência, os diferentes segmentos geracionais de jovens aqui estudados possuem expectativas de se integrar à vida social, de ser compreendidos e ouvidos em suas múltiplas queixas sobre condições de vida, relações de trabalho, relações familiares, expressões culturais e sobre suas perspectivas para o futuro.

Referências

- ALVES, Giovanni. Maquinofatura: breves notas teóricas sobre a nova forma social da produção do capital na era do capitalismo manipulatório. In: BATISTA, Roberto Leme; MONTEIRO, Arakin. (Orgs.) **Trabalho e sociabilidade**: perspectiva do capitalismo global. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2012.
- _____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O que é o precariado?** São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER; GENTILI (Orgs.). **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

- BALESTRERO, Gabriela; GOMES, Renata Nascimento. Violência de gênero: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**, Brasília, ano XIX, n. 66, p. 44-49, maio/ago. 2015.
- CABRAL, Hebert Wilson Santos; TRUGILHO, Silvia Moreira. Epidemiologia da violência contra a criança no Espírito Santo. In: GENTILLI, Raquel de M. Lopes; COELHO, Maria Carlota de Rezende (Orgs.). **Investigações sobre violência e sociabilidade**: desafios transdisciplinares. São Paulo: Veras, 2015, p. 111-142.
- CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.
- CRUZ, César Albenes de Mendonça. Qual o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 14, n. 2, p. 282-290, ago./dez. 2015. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.2.22493>.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, UFMG/FE, n. 24, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf. Acesso em: 20 maio 2017.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. (Coord.). **Percepção dos jovens de São Pedro sobre condições de vida e violência**. Relatório de Pesquisa. Vitória: EMESCAM/FACITEC, 2011.
- _____. (Coord.). **Delitos de adolescentes**: o paradoxo dos apelos extremados e inauditos. Relatório de Pesquisa. Vitória: EMESCAM/FAPES, 2008.
- _____.; MONGIM, Andrea; GOMES, Adriana. Repercussões da nova ordem na eclosão da violência. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, 2004.
- GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Marcas identitárias masculinas e a saúde de homens jovens. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.7, p.1556-1564, jul. 2008.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 28, n.2, 2016.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola,1992.
- HELMER, Fabrícia. Pavesi; CALIARI, Hingridy Fassarella. **Juventude, políticas sociais e movimentos culturais ligados à música (funk, reggae, hip hop e rock) no município de Vitória**: uma análise das políticas públicas de juventude. 2006. 225 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.
- IANNI, Octávio. Raízes da violência. In: CAMACHO, Thimóteo (Org.) **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.
- IASI, Mauro Luis. **De onde vem o conservadorismo?** Blog da Boitempo. Publicado em 15 abr. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 07 maio 2017.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Ed. UNICAMP/São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **O poder da ideologia**. 3.reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista (cap. XXIII). In: MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 712-827.v.II.
- _____.; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007.
- OLIVEIRA, Maristhela Bergamim de; ROSA, Edinete Maria. Juventude, violência e alteridade. **Temas em Psicologia**, v. 18, n.1, p.113-121, 2010.
- OSHIRO, Felício; MARQUES, Rosa Maria. O conceito de desemprego e sua medição no século XX. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 15, n. 2, p. 293-307, ago./dez. 2016. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.2.25347>.
- RASSIAL, Jean-Jacques. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. Sociabilidade e violências: apontamentos críticos. In: GENTILLI, Raquel de M. Lopes; COELHO, Maria Carlota de Rezende (Orgs.). **Investigações sobre violência e sociabilidade**: desafios transdisciplinares. São Paulo: Veras, 2015, p. 41-64.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p.59-70, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v10n1/a06v10n1.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República /Secretaria Nacional de Juventude / Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.
- ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.